

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA
CATARINA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos superávits/déficits

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos superávits/déficits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 18 de maio de 2017.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2016	2015 (Reapresentado)		Nota	2016	2015 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.521.342	4.257.102	Fornecedores		914.710	1.458.774
Anuidades a receber	5	5.305.409	280.391	Empréstimos e financiamentos	11	3.188.154	4.340.486
Defensoria dativa a receber	6	211.457	834.382	Obrigações sociais e trabalhistas	12	1.474.291	1.947.904
Outros créditos	7	3.778.951	1.164.635	Obrigações estatutárias	13	6.839.596	1.776.780
Total do ativo circulante		17.817.159	6.536.510	Anuidades a realizar	14	10.554.465	4.264.443
Não circulante				Não circulante			
Anuidades a receber	5	70.910	189.032	Outras obrigações		341.679	222.692
Investimentos	8	382.052	220.428	Total do passivo circulante		23.312.895	14.011.079
Imobilizado	9	61.031.425	60.311.183	Empréstimos e financiamentos	11	6.964.466	6.233.144
Intangível	10	275.829	413.777	Provisão para contingências	15	3.010.611	1.469.455
Total do ativo não circulante		61.760.215	61.134.420			9.975.077	7.702.599
Total do ativo				Patrimônio social			
		79.577.374	67.670.930	Patrimônio social	16	46.289.401	45.957.252
				Total do patrimônio social		46.289.401	45.957.252
				Total do passivo e patrimônio social		79.577.374	67.670.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos superávits/déficits

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	Nota	2016	2015 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	19	31.049.665	26.374.057
Receitas/(despesas) operacionais			
Contribuições estatutárias		(7.323.780)	(6.491.991)
Despesas administrativas		(28.626.029)	(28.848.158)
Outras receitas/(despesas) operacionais	20	6.901.910	9.250.547
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas		2.001.766	284.455
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	21	(1.669.617)	(1.201.379)
Superávit/(Déficit) do exercício		332.149	(916.924)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	46.874.176	46.874.176
Déficit do exercício	(916.924)	(916.924)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	45.957.252	45.957.252
Superávit do exercício	332.149	332.149
Saldos em 31 de dezembro de 2016	46.289.401	46.289.401

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

	2016	2015 (Reapresentado)
Superávit (déficit) do exercício	332.149	(916.924)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para contingências	1.541.156	147.200
Depreciação/amortização	1.601.792	1.684.069
	<u>3.475.097</u>	<u>914.345</u>
Redução/(aumento) nos ativos		
Anuidades a receber	(4.906.896)	1.260.961
Defensoria dativa a receber	622.925	(643.760)
Outros créditos	(2.614.316)	(781.723)
	<u>(6.898.287)</u>	<u>(164.522)</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(544.064)	638.794
Obrigações sociais e trabalhistas	(473.613)	159.499
Obrigações estatutárias	5.062.816	(1.070.684)
Anuidades a realizar	6.290.022	2.047.934
Outras obrigações	118.987	81.735
	<u>10.454.148</u>	<u>1.857.278</u>
Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais	<u>7.030.958</u>	<u>2.607.101</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Aumento em investimentos	(161.624)	(2.414)
Aumento no imobilizado/intangível	(2.184.084)	(8.518.229)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	<u>(2.345.708)</u>	<u>(8.520.643)</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	(421.010)	7.121.475
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	<u>(421.010)</u>	<u>7.121.475</u>
Aumento/(redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.264.240</u>	<u>1.207.933</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.257.102	3.049.169
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.521.342	4.257.102
Aumento/(redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.264.240</u>	<u>1.207.933</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, constituída por meio do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Entidade em 27 de Abril de 2017 e serão posteriormente submetidas à Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a Entidade não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício e o superávit/déficit do exercício. Dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.1. Reapresentação exercício anterior (2015)

Em atendimento ao pronunciamento CPC 23, a Entidade efetuou correções nos saldos relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são demonstrados abaixo:

Conta	Nota	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Anuidades a receber	a	7.861.979	(1.915.122)	5.946.857
Defensoria Dativa a receber	b	1.114.704	(280.322)	834.382
Totais Ajustes Ativo			(2.195.444)	
Patrimônio social		48.152.696	(2.195.444)	45.957.252
Total dos Ajustes Passivo			(2.195.444)	

- a) Correção dos valores de anuidades de exercícios anteriores a receber;
- b) Correção dos valores defensoria dativa a receber, em decorrência da ausência de expectativa futura de liquidação desses créditos.

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Anuidades e defensoria dativa a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As anuidades a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável. A provisão é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber e registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das anuidades a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o saldo de anuidades a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Ativo imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e reavaliação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

3.4. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao impairment test.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

3.9. Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

3.10. Apuração do superávit (déficit)

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

3.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa seccional	1.770	3.892
Caixa subseções	43.623	26.958
Bancos conta movimento seccional	151.596	1.282.691
Bancos conta movimento subseções e filiais	361.874	213.308
Bancos conta poupança	84.552	166.699
Aplicações financeiras	7.877.927	2.563.554
	<u>8.521.342</u>	<u>4.257.102</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

5. Anuidades a receber

	2016	2015 (Reapresentado)
Anuidades a receber - exercício corrente	4.968.773	3.556.245
Anuidades a receber - exercícios anteriores	8.611.323	5.946.857
Infrações disciplinares e eleitorais	325.079	369.456
(-) Provisão para perdas	(8.528.856)	(9.403.135)
	<u>5.376.319</u>	<u>469.423</u>
Circulante	5.305.409	280.391
Não circulante	70.910	189.032

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber e infrações disciplinares/eleitorais, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de anuidades a receber por idade de vencimento.

No exercício de 2016 a Administração da Entidade procedeu a um estudo de seu histórico de recuperabilidade de créditos e implementou uma nova política de provisão para perdas de Anuidades a receber, conforme abaixo:

	<u>Percentual de provisão</u>
Anuidades dos exercícios de 2008 a 2014 não ajuizadas	90%
Anuidades do exercício de 2015 não ajuizadas	80%
Anuidades do exercício de 2016 não ajuizadas	70%
Multas eleitorais e disciplinares 2008 a 2016 não ajuizadas	90%

Em decorrência da mudança de política, a Entidade reverteu o montante de R\$ 874.279 anteriormente registrada como provisão para perdas. Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para perdas:

	2016	2015
Saldo inicial	(9.403.135)	(8.253.733)
Adições	-	(1.149.402)
Exclusões	874.279	-
	<u>(8.528.856)</u>	<u>(9.403.135)</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

6. Defensoria Dativa a receber

Demonstramos abaixo a movimentação da conta:

	2016	2015 (Reapresentado)
Saldo inicial	834.382	470.944
Recebimentos	(935.236)	-
Perdas com defensoria dativa	-	(280.322)
Apropriação do exercício	312.311	643.760
Saldo final	<u>211.457</u>	<u>834.382</u>

7. Outros créditos

	2016	2015
Adiantamentos a subseções	180.425	283.747
Adiantamento a empregados	209.784	255.981
Repassé estatutário a apropriar (a)	3.064.806	521.290
Empréstimos	156.319	-
Créditos diversos	167.617	103.617
	<u>3.778.951</u>	<u>1.164.635</u>

(a) O montante a receber registrado na rubrica repasse estatutário a apropriar é decorrente das anuidades relativas ao exercício de 2017 recebidas antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

8. Investimentos

	2016	2015
Cotas OABCred	339.032	206.159
Sicoob Cota 3033/16020-5 Joaçaba	36	35
Sicoob Cota 3326/870056-7 Chapecó	4.315	1.973
Sicoob Cota 3326/87009-9 Joinville	8.735	7.551
Sicoob Cota Maxicrédito 67.177-0	27.952	3.168
Viacred Cota 366.542-9 Timbó	1.982	1.542
Total de Investimentos	<u>382.052</u>	<u>220.428</u>

9. Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo foi identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. A entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, tomando como base os laudos que foram preparados utilizando-se o método evolutivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

O método evolutivo segue a prerrogativa do item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela empresa Avesa Engenharia.

O laudo foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NORMA NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR- 14653-1, NBR- 14653-2 e NBR-14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Considerações das inspeções técnicas:

1. Vistoria;
2. Títulos de propriedade e outros documentos;
3. Caracterização do local;
4. Avaliação das benfeitorias e instalações;
5. Valor total das benfeitorias e instalações;
7. Avaliação de equipamentos, móveis e demais itens;
8. Conclusão;
9. Anexos.

A adoção dessa avaliação resultou em um ajuste de R\$ 28.001.985, bem como a identificação de uma provisão para impairment de R\$ 122.026. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio social da Entidade, conforme mencionado na nota explicativa 2, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Demonstramos abaixo a composição do imobilizado:

	2016	2015
Biblioteca	-	106.960
Terrenos	22.493.400	22.493.400
Móveis e utensílios	4.060.186	3.549.010
Obras de arte	230	230
Edifícios	18.065.738	18.065.738
Obras em andamento	13.425.159	11.534.113
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.796.955	3.794.990
Máquinas e equipamentos	1.530.291	1.515.862
Equipamentos de informática e Software	1.280.867	1.245.784
Veículos	140.834	266.541
(-) Depreciação acumulada	(3.762.235)	(2.261.445)
	<u>61.031.425</u>	<u>60.311.183</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

No exercício findo em 31 dezembro de 2016, a Administração da Entidade optou por descontinuar o controle dos itens do grupo "Biblioteca" e reconheceu a totalidade do saldo no resultado do exercício.

Demonstramos abaixo a movimentação do Imobilizado para o exercício de 2016:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Biblioteca	106.960	-	(106.960)	-
Terrenos	22.493.400	-	-	22.493.400
Móveis e utensílios	3.549.010	571.824	(60.648)	4.060.186
Obras de arte	230	-	-	230
Edifícios	18.065.738	-	-	18.065.738
Obras em andamento	11.534.113	1.964.046	(73.000)	13.425.159
Máquinas e equipamentos	1.515.862	103.733	(89.304)	1.530.291
Equipamentos informática	1.245.784	106.494	(71.411)	1.280.867
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	3.794.990	1.965	-	3.796.955
Veículos	266.541	61.239	(186.946)	140.834
	<u>62.572.628</u>	<u>2.809.301</u>	<u>(588.269)</u>	<u>64.793.660</u>

Demonstramos abaixo a movimentação da depreciação acumulada para o exercício de 2016:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Móveis e utensílios	(624.152)	(393.236)	17.400	(999.988)
Edifícios	(649.618)	(722.629)	-	(1.372.247)
Máquinas e equipamentos	(280.856)	(155.729)	24.430	(412.155)
Equipamentos informática	(461.857)	(249.048)	53.283	(657.622)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	(114.629)	(151.806)	-	(266.435)
Veículos	(130.333)	(43.559)	120.104	(53.788)
	<u>(2.261.445)</u>	<u>(1.716.007)</u>	<u>215.217</u>	<u>(3.762.235)</u>

A Administração da Entidade analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. O teste de recuperação dos ativos é realizado anualmente, sendo que o mesmo não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Foram cedidos bens da Entidade em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

10. Intangível

	2016	2015
Direito de uso de softwares	516.965	553.913
(-) Amortização acumulada	(241.136)	(140.136)
	<u>275.829</u>	<u>413.777</u>

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível líquida:

	2015	Adições	Baixas	Amortização	2016
Direito de uso de sistemas	413.777	4.450	(41.398)	(101.000)	275.829
	<u>413.777</u>	<u>4.450</u>	<u>(41.398)</u>	<u>(101.000)</u>	<u>275.829</u>

Análise do valor recuperável de ativos

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Entidade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período findo em 31 de dezembro de 2016, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

11. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Taxa	2016	2015
OabCred	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m	-	1.506.550
Badesc	Capital de giro	TJLP +12,8% a.a	561.481	835.525
Badesc - Obra Joinville	Capital de giro	TJLP + 6,1% a.a	3.897.165	4.023.323
Bancoob	Capital de giro	CDI + 0,22% a.m	760.144	963.217
Sicoob Maxi Alfa	Capital de giro	1,92% a.m.	-	2.000.000
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	1.41% a.m	146.791	180.153
Santander	Capital de giro	1,54% a.m	-	1.064.862
Coop. de Cred. Mutuo Dos Adv.	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m	2.818.487	-
Sicoob Maxicredito	Capital de giro	1,75% a.m.	1.800.000	-
Empréstimos Subseção	Capital de giro	CDI	168.552	-
			<u>10.152.620</u>	<u>10.573.630</u>
Circulante			3.188.154	4.340.486
Não circulante			6.964.466	6.233.144

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
Salários a pagar	313.221	366.610
Provisão de férias	773.630	938.465
Pensão alimentícia	-	1.160
Sindicato	63	63
Empréstimos de funcionários a repassar	5.927	7.690
FGTS a pagar	71.350	84.889
INSS a recolher	194.892	436.827
PIS a recolher	12.122	14.250
IRRF - assalariados	45.845	60.666
IRRF - serviços de autônomos	2.682	2.065
IRRF sobre serviços prestados P. Jurídica	2.005	1.705
ISS	10.413	12.731
CSRF	42.141	20.783
	<u>1.474.291</u>	<u>1.947.904</u>

13. Obrigações estatutárias

	2016	2015
Cota estatutária Conselho Federal	3.827.562	908.604
Cota estatutária CAASC	2.511.802	517.275
Cota estatutária FIDA	435.297	285.966
Parcelamento FIDA	64.935	64.935
	<u>6.839.596</u>	<u>1.776.780</u>

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da Entidade e faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	Percentual
Total das receitas brutas mensais	100%
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	<u>40%</u>
Percentual de repasse à CAASC	<u>20%</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

14. Anuidades a realizar

Nos meses de novembro e dezembro de 2016 foram recebidas 12.840 anuidades pagas em cota única, referentes ao exercício de 2017, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 15% sobre o valor da anuidade do exercício com pagamento até 15 de dezembro de 2016 e 10% com vencimento até 31 de dezembro de 2016.

Dessa forma, o montante das Anuidades do exercício de 2017 recebidas em cota única em 2016 totalizou R\$ 14.494.974 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 3.940.509, tendo a Entidade recebido o líquido de R\$ 10.554.465. Estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2017 em atendimento ao princípio da competência contábil.

15. Provisões e passivos contingentes

A Entidade é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de sua operação e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

Demonstramos abaixo a movimentação da Provisão para contingências:

	2016	2015
Saldo inicial	1.469.455	1.322.255
Adições	1.555.848	148.424
Exclusões	(14.692)	(1.224)
	<u>3.010.611</u>	<u>1.469.455</u>

Demonstramos abaixo a abertura da natureza da Provisão para contingências:

Cível	2.110.523	1.469.455
Tributária	-	-
Trabalhista	900.088	-
	<u>3.010.611</u>	<u>1.469.455</u>

16. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

17. Seguros (não auditado)

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

18.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, anuidades a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

18.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela tesouraria.

A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

18.4. Risco de liquidez

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

19. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, demonstramos abaixo a conciliação da receita operacional bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Anuidades de advogados	27.206.011	22.600.464
Aluguéis	834.117	677.304
Taxas e emolumentos	3.009.537	3.096.289
	<u>31.049.665</u>	<u>26.374.057</u>

20. Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Inscrições em Eventos	61.356	75.736
Receitas Exame de Ordem	1.154.482	1.052.640
Receitas de Fotocópias	1.412.028	1.540.080
Contribuições Voluntárias	27.888	12.731
Patrocínio para Eventos	208.562	320.017
Receita de Cursos/Treinamentos	444.589	50.884
Receita Esa	859.814	183.130
Receitas Estacionamento	1.570	-
Receita c/ Comissões	29.849	-
Receita com Bailes	-	52.901
Receitas Conferências	-	1.615
Receita Sede Balneária	60.960	162.567
Receita Pousada	32.254	23.795
Receita Evento Feijoada	42.400	52.710
Receita Auxílios Financeiros	725.213	5.089.230
Reversão de Provisão Créd. LÍq. Duvidosa.	874.279	48.448
Indenizações/Recuperações Recebidas	390.239	-
Receita Defensoria Dativa	312.311	643.761
Receitas Diversas	405.962	278.587
Outras receitas	<u>7.043.756</u>	<u>9.588.832</u>
	2016	2015
Lucro (Prejuízo) na Alienação de Ativo Imobilizado	10.475	(285.252)
Perda/Quebra/ Doação Ativo Imobilizado	(152.321)	(53.033)
Outras despesas	(141.846)	(338.285)
Total Líquido	<u>6.901.910</u>	<u>9.250.547</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em Reais)

21. Receitas e despesas financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimentos aplicações financeiras	523.391	284.645
Descontos obtidos	5.218	2.678
Receita atualização Selic	111.569	1.172
Receitas financeiras	<u>640.178</u>	<u>288.495</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Encargos s/ empréstimos	(1.586.477)	(1.037.167)
Despesas bancárias	(40.122)	(87.556)
IRRF s/ aplicações	(4.005)	(3.721)
Juros e multas	(364.386)	(26.651)
Despesas com cobranças	(314.805)	(334.779)
Despesas financeiras	<u>(2.309.795)</u>	<u>(1.489.874)</u>
Total líquido	<u>(1.669.617)</u>	<u>(1.201.379)</u>